

O DISCURSO E OS SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS EM FOCO



THE DISCOURSE AND ITS ELEMENTS CONSTITUTIVE IN FOCUS

JOSÉ MARCOS ERNESTO SANTANA DE FRANÇA
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI, Brasil
RAUL AZEVEDO DE ANDRADE FERREIRA
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI, Brasil
CLÁUDIA REJANNE PINHEIRO GRANGEIRO
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [O AUTOR](#)

RECEBIDO EM 07/09/2018 • APROVADO EM 13/03/2019

Abstract

In this article, we discuss the object of Discourse Analysis (AD) study: the discourse. Since discourse is its object of study, we define the conception adopted by the French AD as conceived by Foucault (2007) and Pêcheux (1999, 1997). However, discourse consists of other

elements that are intrinsically linked to it, so we try to trace the relationship between the discourse and its constituent elements as we also conceptualize them within the precepts of AD. In this step, we begin with the statement, because it is the "undecipherable element" of discourse, in Foucault's words (2007), through ideology, the effect of meaning and the subject. We defend, here, that the AD is more present in the theoretical precepts that form the teaching base in Letters.



Resumo

Neste artigo, discutimos sobre o objeto de estudo da Análise do Discurso (AD): o discurso. Sendo o discurso o seu objeto de estudo, definimos a concepção adotada pela AD francesa da forma como o conceberam Foucault (2007) e Pêcheux (1999, 1997). No entanto, o discurso é constituído de outros elementos que a ele estão intrinsecamente ligados, assim, procuramos traçar a relação entre o discurso e os seus elementos constitutivos à medida que também os conceituamos dentro dos preceitos da AD. Nesse passo, começamos pelo enunciado, por ser o “elemento indecomponível” do discurso, nas palavras de Foucault (2007), passando pela ideologia, pelo efeito de sentido e pelo sujeito. Defendemos, aqui, que a AD esteja mais presente nos preceitos teóricos que formam a base docente em Letras.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Enunciation. Discourse. Discourse Analysis.

PALAVRAS CHAVE: Enunciado. Discurso. Análise do Discurso.

Texto integral

INTRODUÇÃO

Apesar de já haver muitos trabalhos na área dos estudos linguísticos sob os aportes e de obras sobre Análise do Discurso (denominada AD francesa), ainda há um grande desconhecimento dessa proposta teórico-metodológica de leitura, de interpretação/compreensão, entre estudantes de Letras e de áreas afins e mesmo entre docentes que já atuam no ensino básico. A falta de disciplina(s) em cursos de Letras que lhe dê o foco devido, quiçá seja a causa principal. Em geral, ela figura como uma disciplina optativa, portanto, há ou não a possibilidade de o alunado de

letras ter contato com a teoria e/ou com a disciplina. Ou quando muito, já ouviu falar de AD¹.



Como a AD é uma teoria de leitura que se debruça sobre o discurso, se distinguindo claramente de uma análise de conteúdo, de texto, ela segue na linha das teorias discursivas que estão em voga nos discursos dos documentos oficiais que regem o ensino de Língua Portuguesa e a formação docente em Letras, acreditamos que ela deveria figurar com maior presença nos cursos de formação inicial e também continuada.

Para a Análise do Discurso (AD), o objeto de estudo é o *discurso*. Assim, o que é, então, o discurso? Neste texto, damos uma definição de discurso com base em Foucault (2007) e Pêcheux (1997; 1999). No entanto, para se chegar ao discurso, o acesso é por meio do linguístico, porque o discurso está materializado no texto (verbal e não verbal); o texto está materializado nos enunciados que o compõem; e os enunciados estão materializados pelas estruturas linguísticas. Sendo assim, na AD, entende-se que a língua é a base material para processos discursivos diferenciados, uma vez que os discursos são estruturados por enunciados articulados sob as mesmas regras de formação. Deve-se entender, portanto, que os enunciados possuem o mesmo “status ontológico” dos discursos, isto é, são materializados pelos textos.

Além disso, ao discurso estão agregados outros elementos constitutivos que devem ser levados em conta na análise, no processo de leitura, de interpretação do(s) texto(s). São esses elementos que fazem do discurso um objeto de análise e estudo, ou seja, são os elementos constitutivos do discurso, como a ideologia, os efeitos de sentido, a memória discursiva, as condições de produção, o sujeito etc. porque é por meio deles que se chega ao discurso do sujeito e, assim, desvelar a(s) sua(s) ideologia(s) subjacente(s) que norteiam o seu dizer.

Para responder à pergunta anterior, tomaremos um caminho que primeiro passará pela discussão e definição do enunciado para em seguida discutir e apresentar a concepção de discurso. No passo seguinte, discutiremos o discurso em suas relações com alguns dos seus elementos constitutivos: discurso e ideologia; discurso e efeitos de sentido; discurso e sujeito.

O QUE É ENUNCIADO?

Neste tópico, discutiremos a concepção de *enunciado* a partir de Foucault (2007). O referido autor apresenta a concepção de enunciado por negação e

contraponto com outras categorias de análise, como a *proposição*, a *frase* e o ato de fala.

Nossa discussão parte da seguinte asserção de Foucault (2007): o enunciado é a unidade elementar do discurso. Portanto, o enunciado é o elemento “indecomponível” ou o elemento último a que se pode chegar na análise do discurso. Sem definir, ainda, o que é necessariamente o enunciado, assim se refere Foucault:

À primeira vista, o enunciado aparece como um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo, e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto sem superfície mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de grupamentos; como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso. (FOUCAULT, 2007, p. 90)

Antes de definir o que é enunciado, porém, faz alguns questionamentos em comparação com outros conceitos, como proposição, frase, atos de falaⁱ, no sentido de demarcar os “traços distintivos” entre o enunciado e aqueles, assim, ele questiona:

[...] se o enunciado é a unidade elementar do discurso, em que consiste? Quais são os seus traços distintivos? Que limites devemos nele reconhecer? Essa unidade é ou não idêntica à que lógicos designaram pelo termo proposição, à que os gramáticos caracterizaram como frase, ou, ainda, à que os “analistas” tentam demarcar sob o título *speech act* [ato de fala, ato de linguagem]? (FOUCAULT, 2007, p. 90-91)

Discutindo a relação entre enunciado e as três categorias, o autor observa que pode ocorrer ou não uma coincidência entre aquele e estas, ocasionalmente, contudo, a estrutura linguística de um enunciado necessariamente não é a mesma que de uma proposição, de uma frase ou implica um ato de fala, pois um enunciado pode ser formado por expressões ou sintagmas que não se caracterizem como uma dessas categorias. Sendo assim, Foucault faz a seguinte observação:

[...] encontramos enunciados sem estrutura proposicional legítima; encontramos enunciados onde não se pode reconhecer nenhuma frase; encontramos mais enunciados do que os *speech*

acts que podemos isolar, como se o enunciado fosse mais tênue, menos carregado de determinações, menos fortemente estruturado, mais onipresente, também, que todas essas figuras; como se seus caracteres fossem em número menor e menos difíceis de serem reunidos; mas como se, por isso mesmo, ele recusasse toda possibilidade de descrição. (FOUCAULT, 2007, p. 95)

Vejamos as estruturas linguísticas a seguir:

- a) Silêncio!
- b) Silêncio no recinto!
- c) Façam silêncio no recinto!
- d) O silêncio é obrigatório no recinto de um hospital.
- e) Análise do discurso

Como nós as classificaríamos? Seguindo as orientações do ensino de gramática tradicional normativa, em princípio, mais especificamente, de sintaxe, classificaríamos, provavelmente, como frases. Sendo que nos itens a e b seriam classificadas como uma frase nominal e as demais, c e d, como frases verbais ou orações por que apresentam verbos. E o item e? Pode ser classificado como uma frase nominal? Por enquanto, podemos afirmar que são formadas por palavras ou uma sequência (ou cadeia) sintagmática perfeitamente identificável e aceitável como estruturas linguísticas próprias e legítimas da língua portuguesa e que provocam um efeito de sentido, isto é, “nos dizem alguma coisa”. Contudo, na perspectiva dos estudos semântico-discursivos, essa classificação não quer dizer muita coisa. Há muito mais a ser levado em conta, como o contexto, as condições de verdade ou as condições de produção em que se deram a produção/emissão de tais cadeias sintagmáticas. Mas as supracitadas estruturas linguísticas são proposições, frases, atos de fala ou enunciados? Vejamos.

O termo proposição é um conceito básico da semântica. Segundo Moura (1999, p. 11), “a proposição corresponde ao conteúdo semântico de uma sentença [grifo do original].” Em vista disso, o autor observa que “[...] esse conteúdo semântico envolve tudo aquilo que é relevante para a descrição de um certo estado de coisas no mundo. O que não for relevante, na sentença, para a representação de um estado de coisas, deve ser excluído do conteúdo proposicional” (MOURA, 1999, p. 11). A proposição depende das condições de verdade, assim ela pode ser verdadeira ou falsa.

E o que é frase? As gramáticas normativas definem como:

- (a) A frase é uma enunciação de sentido completo, a verdadeira unidade da fala. (CUNHA, 1986, p. 135)

(b) A frase se define pelo seu propósito comunicativo, ou seja, pela sua capacidade de, num intercâmbio linguístico, ser capaz de transmitir um conteúdo satisfatório para a situação que é utilizada. (INFANTE, 2001, p. 41)

(c) Frase é a unidade de texto que numa situação de comunicação é capaz de transmitir um pensamento completo. (CEREJA; MAGALHÃES, 1999, p. 211)

(d) Unidade de comunicação linguística, caracterizada [...] do ponto de vista comunicativo – por ter um propósito definido e ser suficiente para defini-lo -, e do ponto de vista fonético – por uma entoação [...] que lhe assinala nitidamente o começo e o fim. (PERINI, 2004, p. 61)

(e) Costumamos entender por frase a menor enunciação verbal suficiente para a expressão de um ato comunicativo seja ela uma interjeição, seja um período. (AZEREDO, 2004, p. 66 [grifos do autor])

Como é possível perceber, as várias definições encontradas nas diversas gramáticas, a definição de frase gira em torno do “ato comunicativo/comunicação” e da enunciação, isto é, da realização concreta de um enunciado estruturado em sintagmas sem que, necessariamente, se equivalha a um enunciado.

Já o ato de fala é definido como: “[...] a menor unidade que realiza, pela linguagem, uma ação (ordem, solicitação, asserção, promessa...) destinada a modificar a situação dos interactantes” (MAINGUENEAU, 2006, p. 16). Segundo Searle (1984, p. 26), “[...] toda a comunicação linguística envolve *actos* linguísticos” e a unidade de comunicação não seria a palavra ou a frase, no entanto, afirma o autor que “[...] a produção ou emissão de uma ocorrência de frase sob certas condições é um *acto* de fala, e os *actos* de fala [...] são a unidade básica ou mínima da comunicação linguística” (SEARLE 1984, p. 26).

Diante disso, é importante a seguinte observação feita por Foucault:

[...] chamaremos frase ou proposição as unidades que a gramática ou a lógica podem reconhecer em um conjunto de signos: essas unidades podem ser sempre caracterizadas pelos elementos que aí figuram e pelas regras de construção que as unem; em relação à frase e à proposição, as questões de origem, de tempo e de lugar, e de contexto, não passam de subsidiárias; a questão decisiva é de sua correção (ainda que sob a forma de “aceitabilidade”). (FOUCAULT, 2007, p. 120)

Ora, se o enunciado não pode ser tomado como equivalente de uma proposição, de uma frase ou de um ato de fala, então, como pode ser caracterizado ou definido? De acordo com o exposto por Foucault na citação acima, o enunciado detém características próprias que não se estende à proposição, à frase ou ao ato de fala porque não se equivaleriam na estrutura, na forma e na sintaxe e nem no ato comunicativo.

Em princípio, em consonância com as definições anteriores, as estruturas a, b, c e d são frases; apenas as sentenças c e d se caracterizam como uma proposição; o ato de fala está presente em a e b, sendo que em a temos um ato de fala indireto (a estrutura b é a forma distendida da estrutura a); já a estrutura e, pois, não tem a estrutura e a sintaxe que a gramática e a lógica reconheceriam como sendo uma unidade sígnica com características próprias daquelas unidades linguísticas reconhecidas pela gramática e pela lógica, assim, resta-nos classificá-lo como um enunciado.

O enunciado não é um equivalente de frase ou de proposição, logo, não é um componente da gramática ou da lógica, mas ele está na língua e constitui um texto, portanto, é constituído por signos linguísticos ideologicamente marcados e, por isso, passivo de efeitos de sentido. Na esteira da discussão para se chegar a uma definição de enunciado, Foucault (2007) esclarece que o enunciado, em sua existência, não pode ser tomado e comparado com as mesmas características em relação a uma língua, por isso, o autor faz o seguinte esclarecimento:

É evidente que os enunciados não existem no sentido em que uma língua existe e, com ela, um conjunto de signos definidos por seus traços oposicionais e suas regras de utilização, a língua, na verdade, jamais se apresenta em si mesma e em sua totalidade; só poderia sê-lo de uma forma secundária e pelo expediente de uma descrição que a tomaria por objeto; os signos que constituem seus elementos são formas que se impõem aos enunciados e que os regem do interior. (FOUCAULT, 2007, p. 96)

Para não provocar dúvidas sobre o que pode ser tomado como enunciado, e não confundi-lo com a língua em si, o autor faz a seguinte advertência:

Se não houvesse enunciados, a língua não existiria; mas nenhum enunciado é indispensável à existência da língua (e podemos sempre supor, em lugar de qualquer enunciado, um outro enunciado que, nem por isso, modificaria a língua). A língua só existe a título de sistema de construção para enunciados possíveis; mas, por outro lado, só existe a título de descrição (mais ou menos exaustiva) obtida a partir de um conjunto de

enunciados reais. Língua e enunciado não estão no mesmo nível de existência; e não podemos dizer que há enunciados como dizemos que há línguas. (FOUCAULT, 2007, p. 96).

Nessa passagem, o autor esclarece que entre a língua e o enunciado há uma estreita relação, no sentido de que este dá condições de existência àquela, porém não estão no mesmo nível de existência, pois dentro do sistema linguístico há possibilidades infinitas dos enunciados se constituírem sem que, no entanto, a língua sofra qualquer tipo de alteração em seu sistema. Na sequência, Foucault (2007, p. 97) chega à seguinte conclusão:

O enunciado, portanto, não existe nem do mesmo modo que a língua (apesar de ser composto de signos que só são definíveis, em sua individualidade, no interior de um sistema linguístico natural ou artificial), nem do mesmo modo que objetos quaisquer apresentados à percepção (se bem que seja sempre dotado de uma certa materialidade, e que se possa sempre situá-lo segundo coordenadas espaço-temporais).

Concluindo que o enunciado não existe do mesmo modo que a língua, o autor, no entanto, reconhece que aquele é composto por signos, por uma unidade sígnica linguística, dentro de um “sistema linguístico natural ou artificial”, e tem, portanto, uma existência material, e pode ser situado no tempo e no espaço. E essas condições – unidade linguística, existência material, situacionalidade espaço-temporal – é que permite fazer do enunciado uma unidade de análise. A estrutura linguística análise do discurso forma uma unidade linguística, pois é formado por signos linguísticos que podemos chamar de sintagmas; possui uma existência material própria e repetível; além de estar situada no tempo e no espaço, porque pode ser resgatado na memória discursiva um efeito de sentido que o localiza no tempo e no espaço. Assim se refere o autor a enunciado:

Chamaremos enunciado a modalidade de existência própria desse conjunto de signos: modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado pelo ser humano; modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível. (FOUCAULT, 2007, p. 121-122[grifo nosso])

Se o enunciado é uma “modalidade de existência própria”, e é “dotado [...] de uma materialidade repetível” e está “situado entre performances verbais”, uma

sequência como e se encaixa perfeitamente em tais critérios, portanto, se trata de um enunciado. Da mesma forma que atende, também, aos pré-requisitos daquilo que se pode chamar enunciado, segundo a definição de Foucault: 1) é uma modalidade sígnica e linguística de existência própria; 2) é dotado de uma materialidade repetível; e 3) está situado entre performances verbais. Isso porque, ainda segundo Foucault (2007, p. 123), o enunciado

[...] não é, pois, uma unidade elementar que viria somar-se ou misturar-se às unidades descritas pela gramática ou pela lógica. Não pode ser isolado como uma frase, uma proposição ou um ato de formulação. Descrever um enunciado não significa isolar e caracterizar um segmento horizontal, mas definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência específica.

Diante dessa definição de enunciado, sempre em oposição à frase, à proposição e ao ato de fala, ao tomar uma unidade sígnica como análise do discurso, certamente teríamos que classificá-la como enunciado, pois ela apresenta uma “existência específica” que não é “forçosamente gramatical nem logicamente estruturada”, mas que pode ter suas condições de realização descritas (as que estabeleceram sua função sígnica) sem que haja a necessidade de uma descrição gramatical ou lógica.

E como enunciados são unidades elementares de análise do discurso, há um discurso que pode ser analisado nesta expressão linguística (análise do discurso) que designa um nome de disciplina e um método de análise que tem o “discurso” como seu objeto de estudo. Isso permite afirmar que “[...] por estarem inseridos em diálogos interdiscursivos, os enunciados não são transparentemente legíveis, são atravessados por falas que vêm de seu exterior – a sua emergência no discurso vem clivada de pegadas de outros discursos” (GREGOLIN, 2001, p. 71).

Em conclusão, todos os itens, de a a e, são enunciados, pois eles vêm atravessados de sentidos, de outros discursos que os remetem às condições de produção que os fizeram acontecer, como: onde se encontra, para quem está sendo direcionado, quando, em que circunstâncias etc., sem que se encaixem, obrigatoriamente, em uma das categorias de frase, proposição ou ato de fala.

O QUE É DISCURSO?

A partir dos enunciados, portanto, é que chegaremos ao discurso, por isso, faz-se necessário esclarecermos a concepção de *discurso* com a qual

trabalharemos. Essa concepção é a formulada por Foucault (2007, p. 122): “O discurso é constituído por um conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência.” Na sequência define o referido autor: discurso é um “[...] conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação” (2007, p. 122).

Foucault estabelece as relações entre os dizeres e os fazeres, apontando para a não-autonomia das práticas discursivas, não abordando as questões de luta de classes e ideologia na mesma perspectiva do marxismo. Para o marxismo, o motor da história é a luta de classes, cujos embates ocorrem continuamente até ocorrer uma revolução que promoveria uma ruptura na estrutura da sociedade, cujo resultado último seria o desaparecimento da classe dominante enquanto tal. Para Marx, a construção de uma sociedade comunista (sociedade sem classes, portanto, sem exploração do homem pelo homem) seria o grande desafio (fim) histórico da classe trabalhadora. Foucault, por sua vez, contesta essa concepção de história como continuidade, discorda da ideia de ruptura, concebendo a ideia de acontecimento histórico não como “ruptura”, mas como “irrupção”. Ao invés de ideologia ⁱⁱ, ele trabalha com a constituição de saberes/poderes, os quais, segundo ele, não passariam necessariamente pela questão das classes sociais e não estariam necessariamente determinados, nem mesmo em “última instância” pelos fatores econômicos:

La noción de ideología me parece difícilmente utilizable por tres razones. La primera es que, se quiera o no, está siempre en oposición virtual a algo que sería la verdad. Ahora bien, yo creo que el problema no está en hacer La partición entre lo que, en un discurso, evidencia la cientificidad y la verdad y lo que evidencia otra cosa, sino ver históricamente cómo se producen los efectos de verdad en el interior de los discursos que no son en sí mismos ni verdaderos ni falsos. Segundo inconveniente, es que se refiere, pienso, necesariamente a algo como a un sujeto. Y tercero, la ideología está em posición secundaria respecto a algo que debe funcionar para ella como infraestructura o determinante económico, material, etc. Por estas três razones, creo que es una noción que no puede ser utilizada **sin precaución**” (grifos nossos). (FOUCAULT apud GALLARDO, 1989, p. 1)

Assim, Foucault concebe as formações discursivas não em termos de ideologia, termo profundamente marcado historicamente pelo viés marxista de posições no tocante à luta de classes, mas em termos de saberes/poderes. Ele

refuta tanto o termo ideologia como cultura, os quais minimizariam a dimensão discursiva em prol de vagas “representações”.

Além disso, assim como as noções de “ciência” e de “teoria”, essas palavras evocam de uma ou de outra forma uma tendência a pares opostos do tipo ciência/verdade, ideologia/erro ou algo a que concebia como o sonho de uma transparência do saber livre de “falsas representações” ou “falsas consciências”. As produções discursivas para Foucault são muito mais que “representações” visto formação dos indivíduos. Tal perspectiva foucaultina era contestada pelos marxistas althusserianos. Dominique Lecourt, por exemplo, em *Sur l’archéologie du savoir*. A propos de Michel Foucault (1970) critica Foucault no tocante ao que chama de “pontos de fuga” acusando-o de desenvolver um discurso paralelo.

Nesse sentido, é somente considerando esse contexto epistemológico, teórico e político tenso, que se torna possível compreender as questões mais profundas que estavam na base das diferenças em torno da questão da formação discursiva entre Foucault e o grupo de Michel Pêcheux.

Como propunha Pêcheux (1997) que toda formação social (FS) é caracterizável por uma certa relação entre as classes sociais, isso implica a existência de posições políticas e ideológicas que não são feitas de indivíduos, mas que, no entanto, se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismos, de oposições que envolvem sujeitos inseridos em dadas formações ideológicas (FI) de uma FS. E essas FI, que orientam e determinam os dizeres dos sujeitos por meio das formações discursivas (FD), estão presentes em todos os setores da vida humana, assim, em relação à língua também não poderia ser diferente, sendo ela um bem cultural e simbólico, é permeada pelas posições políticas e ideológicas de dada FS. As FI podem ser de dominação ou de aliança, como afirma Pêcheux (idem), que incluem uma ou várias FD interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, o que caracteriza o discurso como sendo heterogêneo.

A heterogeneidade constitutiva do discurso, diz Mussalim (2004, p. 131), “o impede de ser um espaço ‘estável’, ‘fechado’, ‘homogêneo’, mas não o redime de estar inserido em um espaço controlado, demarcado pelas possibilidades de sentido que a formação ideológica pela qual é governado lhe concede.” Uma FD, em vista disso, apesar de heterogênea, está passível de sofrer as coerções da formação ideológica em que está inserida. Sendo assim, diz a referida autora, que as sequências linguísticas possíveis de serem enunciadas por um sujeito já estão previstas, tendo em vista que o espaço interdiscursivo se caracteriza pela defasagem entre uma e outra formação. Explicando melhor: “as sequências linguísticas possíveis de serem enunciadas por um sujeito circulam entre esta ou

aquela formação discursiva que compõem o interdiscurso" (MUSSALIM, 2004, p. 131). Sendo assim, é preciso dizer que

[...] com relação à noção de discurso com o qual a AD trabalha (conceitos de formação discursiva, formação ideológica, heterogeneidade, interdiscurso), seria quase redundante dizer que, para a AD, o caráter dialógico do discurso é constitutivo de seu sentido, isto é, que o sentido de uma formação discursiva depende da relação que ela estabelece com as formações discursivas no interior do espaço interdiscursivo. (MUSSALIM, 2004, p. 131)

O discurso designa, em geral, para Foucault, como bem observa Revel (2005), um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, no dizer do filósofo francês, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns e essas regras não são somente linguísticas ou formais, mas reproduzem um certo número de cisões historicamente determinadas. Foucault faz, então, o seguinte esclarecimento:

[...] gostaria de mostrar que os "discursos", tais como podemos ouvi-los sob a forma de texto, não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras: trama obscura das coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras; gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (FOUCAULT, 2007, p. 54-55)

No entanto, Mussalim (2004) adverte que apesar de os sentidos possíveis de um discurso estarem preestabelecidos, eles não são constituídos *a priori*, ou seja, eles não existem antes do discurso. O sentido vai se constituindo à medida que se constitui o próprio discurso porque é no sujeito que o sentido se dá. Não existe, portanto, o sentido em si, ele vai sendo determinado simultaneamente às posições ideológicas que vão sendo colocadas em jogo na relação entre as FD que compõem o interdiscurso. A produção deste, por sua vez, acontece na história, por meio da linguagem, que é uma das instâncias em que a ideologia se materializa. Por isso, os estudos linguísticos tradicionais não conseguem abarcar a inteireza de sua complexidade. Se o discurso é o efeito de sentido entre interlocutores, os

sentidos são construídos nessa interlocução entre os sujeitos, visto que o sujeito é social por excelência e não existe per si sem “os outros”.

Fazendo-se uma relação entre texto e discurso, depreende-se que este é tido como um dado teórico, enquanto aquele como um dado empírico, conforme Dantas (2003, p. 18): “Uma das distinções mais recorrentes é aquela que afirma ser o texto uma unidade empírica e o discurso uma unidade teórica”. A Análise do Discurso vê o texto como o lugar de significação que se constitui numa incompletude e que é atravessado por outros textos e discursos, estando sua interpretação relacionada às condições de produção. Logo, o texto é tido como o *locus* em que os efeitos de sentido entre os locutores são produzidos. “Poderíamos afirmar que, em AD (análise de discurso) o pesquisador se interessa não pelo texto em si, mas pela maneira como os sentidos se constituem nele, conforme posição de Orlandi (1996), para quem as palavras não significam em si, é o texto que significa” (DANTAS, 2003, p. 19).

O discurso, no dizer de Orlandi (2005, p. 20), é definido como “efeitos de sentido entre os locutores” que ocorrem na interatividade da linguagem. É aqui onde estão o sujeito e os sentidos. Esse efeito de sentidos é produzido de acordo com as condições de produção e não se trata de uma mera transmissão de informações – como propõe a teoria da comunicação com os conceitos de receptor, emissor, mensagem etc. O discurso está materializado no texto e se configura num “espaço” onde o processo de significação é realizado pelos sujeitos, assim, nele, não só o sujeito, mas também a ideologia se manifesta.

Para Orlandi (2005), a unidade do discurso é um efeito de sentido, isso porque “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento” (2005, p. 15). Os discursos, portanto, se movem em direção a outros. Nunca está só, sempre está atravessado por vozes que o antecederam e que mantêm com ele constantemente duelo, ora legitimando, ora confrontando. A formação de um discurso está baseada nesse princípio constitutivo – o dialogismo. Os discursos vêm ao mundo povoado de outros discursos, com os quais dialogam. Esses discursos podem estar dispersos pelo tempo e pelo espaço, mas se unem porque são atravessados por uma mesma regra de aparição: uma mesma temática, mesmos conceitos, objetos, modalidades ou um acontecimento. Por isso que o discurso é uma unidade na dispersão.

As condições de produção compreendem basicamente o sujeito e a ideologia. Além disso, há que se mencionar também o contexto situacional, ou mais propriamente dito, o contexto sócio-histórico no qual o sujeito está inserido. É a partir dessas condições que se efetivará o processo de leitura. Na AD são consideradas as *condições de produção* de um determinado discurso que compreende os *sujeitos*, a *situação* e a *memória*. Os *sujeitos* são os articuladores desse discurso influenciados sempre pela exterioridade na sua relação com os sentidos, de dizeres “outros”, pois ele se constitui nessa alteridade entre o “eu” e o

“outro”. A *situação* refere-se ao contexto, imediato ou amplo, levando sempre em consideração o *momento histórico* em que se estava vivendo na época produção. E a *memória* é o que sustenta os dizeres desse discurso, tudo que já se disse sobre o assunto tratado. “O fato de que há um já dito que sustenta a possibilidade mesma do dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso e sua relação com os sujeitos e com a *ideologia*”, afirma Orlandi (2005, p. 32).

DISCURSO E IDEOLOGIA

A ideologia se caracteriza assim pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade (ORLANDI, 2005). A ideologia diz respeito a uma “função da relação necessária entre a linguagem e o mundo” (ORLANDI, 2005, p. 46). Essa relação perpassa a todo o momento o sujeito, este enquanto posição marcada num dado contexto sócio-histórico. A teoria da ideologia que sustenta a AD pecheutiana é a de Althusser, segundo a qual a ideologia é a “relação do homem com as suas reais condições de existência”, ou seja, prática social, não está propriamente no plano das ideias. A partir de então, depreende-se uma estreita relação entre discurso, sujeito e ideologia. Conforme Orlandi (2005, p. 47), “não há discurso sem sujeito, e não há sujeito sem ideologia”.

A heterogeneidade do discurso, como apontou Mussalim (2004), ocorre porque as práticas de textualização acontecem em lugares sociais organizados e reconhecidos como portadores de fala: o campo literário, o campo científico, o campo político etc. As regras do *modo de dizer* condicionam todos os atos de fala sociais. Assim, toda produção de sentidos deve dar-se no interior desses campos institucionalmente constituídos como *lugares de onde se fala*. Falar do interior desses campos significa inserir-se em uma FD que determina os modos de dizer e aquilo que se pode e se deve dizer em certa época (FOUCAULT, 2007). O lugar de onde se fala, que é marcado por um *saber* e uma *vontade de verdade*, faz desse enunciado um discurso institucionalmente constituído.

Segundo Foucault (2007), o discurso só é discurso em relação ao que o condiciona; que convém encará-lo em termo de processo e não *estatisticamente* como enunciado; que o discurso só é discurso quando se refere a suas condições de produção. Robin (1977), fazendo uma abordagem dessa discussão em Foucault, diz que ele entende que as condições de produção não são um simples contexto, “circunstâncias” que exerceriam, à sua moda, simples coações sobre o discurso, mas que estas condições caracterizam o discurso, constituem-no, e, constituindo-o, são assinaláveis pela análise linguística, com as quais ela diz aquiescer. A autora enumera os elementos que constituem essas condições de produção, de acordo com Foucault: quadro institucional, representações que a ele subjazem, conjuntura

política, relação de forças, efeitos estratégicos procurados, etc. Nesse sentido, afirma a autora:

[...] podemos dizer que consideramos o discurso como processo, em suas relações com o 'extralinguístico', isto é, o discurso *como prática*. Foucault não entende por prática a atividade livre de um sujeito, mas o conjunto de regras que envolvem e submetem o sujeito, desde que ele toma parte do discurso. Por isso, o discurso supõe o conjunto de relações extralinguísticas que o constituem. (ROBIN, 1977, p. 26-27)

Procurando esclarecer ao leitor o porquê da relação entre História e Linguística que, na verdade, está na relação com o discurso, visto que o linguístico não é suficiente para explicar o discurso, é preciso estabelecer uma relação com o exterior, com o extralinguístico que compõe a história e o discurso, o que leva a autora a procurar

[...] constituir no campo da história o nível discursivo como novo objeto de estudo, e ao mesmo tempo, contra um certo positivismo linguístico, postular os impasses e insuficiências de uma análise interna da qual se quereria deduzir a interpretação do discurso, inclusive sua função, sua eficácia e seus processos de inserção na formação social." (ROBIN, 1977, p. 27)

Robin (1977) diz ainda que esta necessidade de fazer apelo ao 'extralinguístico', a certas instâncias de uma FS, fez com que se introduzisse no próprio nível da competência linguística a instância da ideologia. Uma prática discursiva, diz a autora, só pode se explicar, segundo a concepção de Slakta, de quem Robin vai buscar a discussão, em função de uma dupla competência:

_ 1º uma competência específica, sistema interiorizado de regras especificamente linguísticas e que garantem a produção e a compreensão de frases sempre novas – o indivíduo eu, utilizando estas regras de maneira específica (performance);

_ 2º uma competência ideológica, ou geral, que torna implicitamente possível a totalidade das ações e das novas significações.

Introduzir, portanto, ao nível da competência, prossegue Robin (1997), a instância da ideologia, é necessariamente mostrar que a análise interna não poderia esgotar a significação do discurso; é acenar a uma teoria das FS e, no campo desta teoria, é insistir no lugar da instância ideológica e no efeito desta instância no plano discursivo; é, pois, embora implicitamente, orientar-se para

uma problemática da articulação das práticas discursivas sobre práticas não-discursivas ao seio de uma FS. Donde conclui ela:

Esta necessidade de incluir a ideologia no conceito de discurso, portanto, de não reduzir o discurso à língua em sua neutralidade ideológica, isso porque a linguagem é ao mesmo tempo linguística e ideológica, pois concilia sentido, como a linguística estabelece, e a ideologia, como se exigirá de uma teoria que leve em consideração a História. (ROBIN, 1977, p. 28)

Nessa perspectiva, de conciliar a ideologia com o sentido, toma-se o discurso como objeto de estudo e não exclusivamente a língua, pois o linguístico por si só não dá conta. Aos historiadores interessa a articulação das práticas discursivas, como apontou Foucault, sobre as práticas não discursivas no interior de uma FS. “Inclui-se, assim, a ideologia no conceito de discurso, atendendo aos questionamentos postos no interior da linguística, bem como se passa a levar em consideração a História no interior do estudo da língua” (SARGENTINI, 2004, p. 80).

Em outras palavras, no espaço interdiscursivo, enunciado do interior de uma FD de cunho ideológico dessa forma, apesar do caráter constitutivamente heterogêneo do discurso, não se pode concebê-lo como livre de restrições. O que é e o que não é possível de ser enunciado por um sujeito já está demarcado pela própria FS na qual está inserido. Os sentidos possíveis de um discurso, portanto, são sentidos demarcados, preestabelecidos pela própria identidade de cada uma das FS colocadas em relação no espaço interdiscursivo.

DISCURSO E EFEITOS DE SENTIDO: O LINGUÍSTICO E A MEMÓRIA DISCURSIVA

No que se refere ao sentido, podemos afirmar que ele está inscrito na ordem do discurso. Basta descobrir as regras de sua formação para tornar evidente a polifonia que fez dele um nó de significância. A AD não toma o sentido em si mesmo, ou seja, em sua imanência. Não se acredita na existência de uma essência da palavra – um significado primeiro, original e fixo capaz de ser localizado no interior do significante. Nesse sentido, não podemos concordar com perspectiva saussureana em achar que se poderia encontrar na palavra alguma pureza de sentido. Sua constituição é histórica e socialmente construída. A aparente monosemia de uma palavra ou enunciado é fruto de um processo de sedimentação ou cristalização que apaga ou silencia a disputa que houve para dicionarizá-la.

Orlandi (2005) explica que constantemente temos a ilusão de que nossas palavras “são originais,” quando na verdade esquecemos inevitavelmente que estamos sempre esquecendo o que já foi dito. Por isso, quando repetimos as palavras, ou seja, retomamos palavras já existentes, elas adquirem novamente sentido e nos dão a ilusão de originalidade. O que não podemos esquecer, de fato, é a condição primeira da linguagem: a de ser sempre uma incompletude. Nem os sujeitos, nem os discursos e nem os sentidos estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo num movimento constante do simbólico e da história, num ir e vir entre o interdiscurso e o intradiscurso. Estes sentidos inacabados resultam das relações de força nas quais estamos inseridos. A construção de sentido se dá a partir do lugar no qual a fala do sujeito é construída. Como nossa sociedade é construída por relações hierarquizadas, essas relações de força são sustentadas pelo poder desses diferentes lugares, que se fazem valer nas relações sociais.

Os estudos do discurso, diz Sargentini (2004), articulam-se, assim, à escrita da história, já que em ambos observam-se as práticas discursivas; essas regularidades que ganham corpo, seja em um conjunto técnico, seja em uma instituição, seja em formas de difusão, “elas estão submetidas a um jogo de prescrições que determinam exclusões e escolhas” (SARGENTINI, 2004, p. 86). Considerar, assim, o discurso como acontecimento, dentro desta perspectiva, significa abordá-lo na sua irrupção, no seu surgimento em uma FD, e no seu acaso, ou seja, despojá-lo de toda e qualquer referência a uma origem supostamente determinável ou a qualquer sistema de causalidade entre as palavras e as coisas. Afinal, não é o objetivo da análise do discurso chegar à origem do discurso analisado. “Como lembra Dosse, a rejeição à noção de origem tem respaldo na filosofia proposta por Nietzsche, segundo a qual interpretar não é o mesmo que buscar um suposto significado original, uma vez que é o discurso que instaura a interpretação” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 108).

Diante disso, deve-se concluir que “[...] entender o discurso como acontecimento é aceitar que é ele que funda a interpretação, constrói uma verdade, dá rosto às coisas. Por isso o discurso é objeto de disputa, em vista do poder que, por seu intermédio, se exerce.” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 108).

Para Achard (1999), a representação usual do funcionamento dos implícitos consiste em considerar que estes são sintagmas (da materialidade linguística) cujo conteúdo é memorizado e cuja explicitação (inserção) constitui uma paráfrase controlada por esta memorização, o que implica dizer que a explicitação desses implícitos em geral não é necessária a priori, e não existe em parte alguma um texto de referência explícita que forneceria a chave. Essa ausência, portanto, não faz falta, tendo em vista que a paráfrase de explicitação aparece antes como um trabalho posterior sobre o explícito do que como pré-condição.

Do ponto de vista discursivo, diz Achard (1999), o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada

discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição ‘no vazio’ de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor, afirma ele, que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo. Com efeito, o funcionamento do discurso (e é nisso que a noção de discurso se distingue da de fala no sentido do Curso de Lingüística Geral, de Saussure, observa o autor) supõe que os operadores languageiros só funcionam com relação à imersão em uma situação, quer dizer, levando-se em consideração as práticas de que eles são portadores, isto é, dentro das práticas discursivas de que fala Foucault. De outro modo, o passado, mesmo que realmente memorizado, só pode trabalhar mediando as reformulações que permitem reenquadrá-lo no discurso concreto face ao qual nos encontramos, conclui Achard, isso porque “a estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social” (ACHARD, 1999, p. 11).

O que o autor propõe neste texto, como ele mesmo diz, é um modelo de trabalho do analista, no sentido de que este deve tentar dar conta do fato de que a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação. A enunciação, então, deve ser tomada, não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação do discurso. Por conta disso, deve-se levar em conta o fato de que um texto dado trabalha através de sua circulação social, o que nos levaria a supor que sua estruturação é uma questão social, e que ela se diferencia seguindo uma diferenciação das memórias e uma diferenciação das produções de sentido a partir das restrições de uma forma única. Nesse passo, é possível afirmar que

[...] a questão do papel da memória permitiu um encontro efetivo entre temas a princípio bastante diferentes. Esta questão conduziu a abordar as condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória. (PÊCHEUX, 1999, p. 50)

Pêcheux (1999, p. 50) assim esclarece que “memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e de memória construída do historiador.”

Sobre os aspectos colocados acima, principalmente a memória, pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas pela Linguística Textual, indicam a presença constante de mecanismos linguístico-discursivos na construção e reconstrução de uma memória discursiva. Dentre outros aspectos importantes, destaca-se processamento textual que, dentro da concepção de linguagem como atividade

interacional, deve ser entendido, segundo postula Koch (2002), como uma atividade que envolve tanto elementos linguísticos como sociocognitivos. Para ela, o texto, ou o discurso que é o que está em questão, no interior dessa abordagem, é também considerado como um conjunto de “pistas” formado por elementos linguísticos de diversos tipos. Estes são colocados à disposição dos usuários da língua, durante uma atividade discursiva, de modo a facilitar ao falante não só a construção e reconstrução de sentidos, mas também na interação como prática sócio-cultural. No curso da atividade textual, os sujeitos mobilizam conhecimentos linguísticos, encicloplédico e interacional, que os têm depositado na memória através de um conjunto de estratégias de processamento de caráter sociocognitivo e textual.

Ora, se assim o é, não se pode separar na análise todos esses elementos constitutivos da memória que por sua vez são constitutivos do próprio discurso.

Tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

Para o autor, a questão é saber onde residem esses famosos implícitos, que estão ‘ausentes por sua presença’ na leitura da sequência, daí ele formular a seguinte pergunta: “estão eles disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro do culto?”. Aqui há uma retomada do texto de Achard, sobre a questão dos implícitos e do discurso como acontecimento.

A memória social, inscrita nas práticas de uma sociedade, afirma Gregolin (2001) retomando Pêcheux, constrói-se no meio-termo entre a a-temporalidade do mítico e a forte cronologia do histórico. Isto porque, continua a autora, apesar de determinada pela ordem do histórico, não chega a ser, como esta, uma memória construída, ordenada e sistematizada, pois para enxergá-la é preciso buscar os signos de autocompreensão da sociedade para posteriormente interpretá-la. “Por isso, trata-se, antes, de um estatuto social que a memória adquire no corpo da coletividade e que produz as condições para o funcionamento discursivo e, conseqüentemente, para a interpretabilidade dos textos” (PÊCHEUX *apud* GREGOLIN, 2001, p. 70).

DISCURSO E SUJEITO: DESCENTRAMENTO E “SUJEITO ATIVO”ⁱⁱ

Na relação entre discurso e memória, há um elemento que não pode ser deixado de fora: o sujeito. Sobre isso, afirma Achard (1999, p. 17):



A análise de discurso é uma posição enunciativa que é também aquela de um sujeito histórico (seu discurso, uma vez produzido, é objeto de retomada), mas de um sujeito histórico que se esforça por estabelecer um deslocamento suplementar em relação ao modelo, à hipótese de sujeito histórico de que fala.

Dáí a necessidade de sua inserção (do sujeito) na ordem do discurso. A ordem do discurso, diz Gregolin (2001), é uma ordem do *enunciável*. A ele deve (o sujeito) assujeitar-se para se constituir em sujeito de seu discurso. Por isso, o enunciável é exterior ao sujeito enunciador e o discurso só pode ser construído em um espaço de memória, no espaço de um *interdiscurso*, de uma série de formulações que marcam, cada uma, enunciações que repetem, se parafraseiam, opõem-se entre si e se transformam. “Esse domínio de memória constitui a exterioridade do *enunciável* para o sujeito enunciador, à qual ele recorre e da qual ele se apropria para construir sua enunciação” (GREGOLIN, 2001, p. 72). Isso mostra que a memória está no exterior, porém é no sujeito que ela significa, que ela se realiza, em suas *práticas discursivas*. O que nos leva a pensar na relação direta entre memória e interdiscurso, como se pode captar das palavras de Pêcheux:

Esses movimentos de constituição da memória e da legibilidade mostram a indissociabilidade entre o intradiscurso e o interdiscurso: a materialidade das formas (verbais e não-verbais) são vestígios por meio dos quais a repetição se inscreve na *ordem do discurso*, nessa ordem em que o enunciado é determinado pela exterioridade do enunciável. Por isso, a memória deve ser entendida como um conjunto complexo, pré-existente e exterior ao organismo, constituído por uma série de ‘tecidos de índices lisíveis’, que constitui um corpo sócio-histórico de traços. (PÊCHEUX, 1997, p. 286)

Nessa relação da memória com o discurso, é fundamental perceber o papel do sujeito da história no estabelecimento do sentido “[...] a fim de poder realizar suas análises sobre a constituição do sujeito na trama da história da qual participa, bem como sobre os mecanismos e as estratégias empregadas pelas diversas práticas discursivas para instituir e legitimar processos de subjetivação” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 107). Há um sujeito histórico que enuncia de uma determinada posição que remonta a uma memória que faz com que o seu discurso adquira sentido, pois ele remete a outros discursos que vieram antes dele, por isso,

esse dizer nunca é novo ou tampouco nasce com ele. Esse enunciado é um *já-dito*, que volta em um novo acontecimento, dito por sujeitos constituídos historicamente em outro momento histórico.

Ora, nesse sentido é que se diz que “[...] os sujeitos não estão na origem de seus discursos, nem se manifestam como unidade na cadeia discursiva” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 113), antes, eles são construções discursivas. Por isso Foucault recusa de sua genealogia o *antropocentrismo*, por considerar que o discurso não é fruto de um sujeito que pensa e sabe o que quer. É o discursoⁱⁱⁱ que determina o que o sujeito deve falar, pois é ele que estipula as modalidades enunciativas. “Logo, o sujeito não pré-existe ao discurso, ele é uma construção no discurso, sendo este um feixe de relações que irá determinar o que dizer, quando e de que modo” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 113). Nesse sentido, afirma Foucault (2007, p. 61):

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos.

Para fecharmos este tópico, gostaríamos de sintetizar nosso pensamento com as palavras de Sargentini (2004, p. 94) por estarmos em consonância com a autora:

Considero que as reflexões de Foucault sobre o sujeito são pertinentes para os estudos do discurso e da articulação língua e história, ressaltando que a preocupação central desse filósofo não tem como objeto buscar a verdade do ser (e creio que esse também não é o objeto central dos estudos do discurso), mas, sobretudo, diagnosticar técnicas, processos, forças que movem a história, constroem os discursos e constituem os sujeitos.

Em conclusão, não há discurso sem sujeito e o sujeito necessariamente é constituído historicamente, é descentrado e pode assumir diversos papéis sociais ou ocupar diferentes posições. Ou seja, o sujeito não é uno; ele é constituído de tantos sujeitos quantos papéis sociais ele assuma, isto é, ele pode ser filho, pai, marido, professor, colega de trabalho, palestrante etc. Para dizer o que diz é preciso assumir determinado papel para que esse dizer faça sentido. Numa perspectiva foucaultiana, fala-se em assumir diferentes posições, por isso, se concebe que a posição sujeito é um lugar/espaço vazio que pode ser ocupado em

função de um posicionamento assumido para dizer o que diz, pois isso é o que faz com que o que se diz faça sentido.

Se em um primeiro momento, nos primeiros da AD, Pêcheux adota a concepção de sujeito assujeitado advinda de Althusser, posteriormente ele abandona e passa a trabalhar com uma concepção de sujeito que se locomove pelo interdiscurso, em vista disso é preferível se falar em “sujeito ativo”, aquele que não é totalmente assujeitado nem totalmente livre para dizer o que diz. Essa concepção de “sujeito ativo” está mais em consonância com a ideia de Foucault, já no contexto do pós-estruturalismo, quando diz que ele é sujeito de e sujeito a, ou seja, ele constitui e também é constituído por.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que o objeto de estudo da AD é o discurso, porém, ao discurso estão agregados diversos elementos, sendo assim, fazer uma análise discursiva, pressupõe-se analisar os diversos elementos constitutivos do discurso. Vale lembrar que uma análise discursiva não prescinde do linguístico, contudo, não se prende somente ao linguístico, porque os aspectos extralinguísticos são relevantes para estabelecer um sentido para o texto em análise: as condições de produção do discurso envolvem aspectos linguísticos e extralinguísticos.

Esses aspectos internos e externos são partes constitutivas do discurso, portanto, constitutivas dos efeitos de sentido suscitados pelo texto objeto de análise em sua materialidade por meio dos enunciados. Assim, é preciso atentar para a relação entre texto, enunciado, efeitos de sentido, discurso, ideologia e sujeito: o texto se materializa em enunciado(s); o(s) enunciado(s) materializa(m) discurso; o discurso materializa a ideologia; a ideologia revela/desvela o sujeito do/no discurso. Daí se dá a leitura/interpretação de um texto em análise, pois a análise não se dá sobre o texto e, sim, sobre o(s) discurso(s) que o sustentam para se estabelecer *um* sentido.

Os preceitos da AD, acreditamos, deveriam ser mais e melhor socializados nos cursos de letras (na formação inicial) e entre os professores da educação básica em curso de formação continuada que trabalham com linguagem, com leitura, com texto, visto que ela pode ser uma ferramenta útil nesse processo. Enfim, defendemos que a AD e os seus preceitos teóricos e metodológicos estejam mais em foco nas práticas docentes de leitura.

Notas



ⁱ Em consulta aos currículos dos cursos de Letras das universidades públicas estaduais e federais do estado, num total de 6 instituições, uma não oferece o curso e apenas uma, entre as demais, tem a disciplina Análise do Discurso constando entre as disciplinas obrigatórias.

ⁱⁱ Não é objetivo nosso fazer uma ampla discussão dessas categorias, isso porque não está dentro da proposta deste trabalho. Nos restringiremos às definições e exemplificações para ilustrar o contraponto com a concepção de enunciado aqui apresentada a partir das ideias de Foucault (2007).

ⁱⁱⁱ Para Pêcheux, o discurso materializa a ideologia. Nesse sentido é que “o discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, é um dos aspectos materiais da ‘existência material’ das ideologias” (BRANDÃO, 2004, p. 46). Por isso, diz Brandão (2004, p. 47): “[...] pode-se afirmar que o discursivo é uma espécie pertencente ao gênero ideológico.” Não para Foucault. Ele não trabalha com o conceito de ideologia nem de luta de classes. Fugia de tais conceitos por serem muito marcados na perspectiva do marxismo, do qual buscava se distanciar. As diferenças epistemológicas entre Pêcheux e Foucault poderiam ser aqui contextualizadas, mesmo que apontadas para outras obras que tratam mais pormenorizadamente da questão, porém não cabe neste espaço e gênero textual. Apontamos essa necessidade porque a “AD” também não é uma formação discursiva fechada e para não parecer que se trata de uma sequência do pensamento dos dois, quando na verdade há mediações e diferenças epistemológicas entre um e outro pensador. O que os une é o conceito de discurso como prática que já estava em Althusser, guardando, também, as devidas diferenças epistemológicas entre os autores.

^{iv} Expressão emprestada em Possenti (2009).

^v Essa concepção se aproxima do conceito de formação discursiva criado por Foucault e adotado por Pêcheux, que o introduziu na AD. Isso marca o início da segunda época dos estudos da AD. Com algumas diferenças epistemológicas. Sujeito e discurso em Foucault e Pêcheux são diferentes. Por isso o título de Rosário Gregolin: Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos.

Referências

ACHARD, P. Memória e produção do sentido. In: ACHARD, P. et. al. **Papel da memória**. trad. introd. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 11-17

DANTAS, A. M. O texto e o professor de português. In: **Graphos**: revista da Pós-Graduação em Letras (publicada pelo Curso de Pós-Graduação em Letras da UFPB). Ano VI, n. 1. 2003. João Pessoa: Idéia, 2003. p. 9-26

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.



GREGOLIN, M. R. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, M. R.; BARONAS, R. L. (orgs.). **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos: Claraluz, 2001. p. 60-78

KOCH, I. G. V. Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. In: Veredas. Revista de Estudos Lingüísticos. Juiz de Fora, v. 6, n. 1, 2002. p. 31-41

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Trad. Márcio Venício Barbosa, Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

MOURA, H. M. M. Pressuposição. In: Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática. Florianópolis: Insular, 1999. p. 11-58

MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. v. 2 - 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 101-142

NAVARRO-BARBOSA, P. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (orgs.). **M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 97-130

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. trad. introd. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-56

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3. ed. Campinas: EDUNICAMP, 1997.

REVEL, J. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROBIN, R. **História e lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1977.

SARGENTINI, V. A descontinuidade da História: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (orgs.). **M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004.

Para citar este artigo

FRANÇA, José Marcos Ernesto Santana de; FERREIRA, Raul Azevedo de Andrade; GRANGEIRO, Cláudia Rejanne Pinheiro. O DISCURSO E OS SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS EM FOCO. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 7., n. 2., JUL-DEZ, 2018, p. 16-40.

Os Autores

José Marcos Ernesto Santana De França é doutor em linguística e professor-assistente do departamento de línguas e literaturas da Universidade Regional do Cariri/CE; membro dos grupos de pesquisa: disculti/urca/cnpq (grupo de estudos em discurso, cultura e identidades) e netlli/urca/cnpq (núcleo de estudos em teorias linguísticas e literárias).

Raul Azevedo de Andrade Ferreira é doutor em Teoria da Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco(PPGL-UFPE); professor de Teoria Literária e Literatura Brasileira na Universidade Regional do Cariri.

Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro é Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e com pós-doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará; professora-adjunta da Universidade Regional do Cariri.